

A RELEVÂNCIA DAS OPOSIÇÕES NA POLÍTICA NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS: estratégias de inclusão e renovação institucional à luz do ODS16

THE RELEVANCE OF OPPOSITIONS IN POLITICS IN CONTEMPORARY DEMOCRACIES: strategies for inclusion and institutional renewal in light of SDG16

Samira Dreon¹
João Marcelo Medeiros da Cruz²
Neuro José Zambam³

RESUMO: O mandato eletivo é marcado pelo permanente confronto de compreensões sobre a atuação dos governantes eleitos com os setores comumente chamados de oposições. Este artigo tem como foco a reflexão sobre a necessidade de oposições robustas que contemplem a percepção de situações não alcançadas pela situação, especificamente, aquelas distantes da rotina política e do poder, com suas diversidades, problemas e necessidades urgentes ou estratégicas. Com o objetivo de fundamentar o papel das oposições nas democracias como necessidade e estratégia de inclusão de todos e renovação das instituições, conforme orienta o ODS 16 da ONU, o problema de pesquisa gira em torno do contexto de polarização política, potencializada por fake news e ausência de qualidade da informação, que fomenta, ou não, amplos espaços de exclusão e desprezo pela participação. Utiliza-se o método indutivo para a construção do estudo.

Palavras-chave: Oposições políticas. Democracia. Polarização política. ODS 16.

ABSTRACT: The political debate during the exercise of an elective mandate is marked by the permanent confrontation of understandings about the actions of elected officials with the sectors commonly called opposition. This article focuses on the reflection on the need for robust oppositions that contemplate the perception of those situations not reached by the government, specifically, those far from the political routine and power, people with their diversities, problems and urgent or strategic needs. With the objective of substantiating the role of oppositions in democracies as a necessity and strategy for the inclusion of all and the renewal of institutions as guided by UN SDG 16, the research problem revolves around the context of political polarization, enhanced by fake news and lack of quality information, which fosters or does not foster broad spaces of exclusion and contempt for participation. The inductive method is used to construct the study.

Keywords: Political oppositions. Democracy. Political polarization. SDG 16.

¹ Mestranda em Direito pela ATITUS Educação de Passo Fundo. Especialista em Direito Processual Civil e Seguridade Social Possui graduação em Direito pela Universidade de Passo Fundo. Membro do Centro Brasileiro de Pesquisa sobre a Teoria da Justiça de Amartya Sen. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5074-0252> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5036241527183993> E-mail: samira.dreon@hotmail.com.

² Mestre em Direito pela ATITUS Educação de Passo Fundo. Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito Penal e Processo Penal, Direito Administrativo e Tutela Coletiva e Direitos Difusos pela Universidade Anhanguera – Uniderp. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5622525222537055>. E-mail: jcruzdocumentos@gmail.com.

³ Possui estágio de Pós-Doutorado em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS - 2014) e Universidade Réggio di Calábria (2021). Doutor em Filosofia pela PUCRS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da ATITUS Educação de Passo Fundo. Membro do Grupo de Trabalho Ética e Cidadania da ANPOF (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia). Líder do Centro Brasileiro de Pesquisa sobre a Teoria da Justiça de Amartya Sen. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5960-4237> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6893744456793355> E-mail: neurojose@hotmail.com; neuro.zambam@atitus.edu.br.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 das Nações Unidas, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelece diretrizes globais para a promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas. Dentro desse marco, o ODS 16 visa a promoção da paz, da justiça e de instituições eficazes, ressaltando a importância de governança democrática e o fortalecimento do Estado de Direito. Em democracias contemporâneas, o papel das oposições políticas se torna especialmente relevante para o cumprimento desse objetivo, pois elas exercem uma função fundamental na fiscalização e no equilíbrio do poder, contribuindo para a transparência e a justiça nos processos de tomada de decisão. A oposição, ao oferecer uma via de contestação e crítica construtiva, é essencial para que o governo não se torne arbitrário, mantendo a *accountability* e prevenindo abusos de poder. Assim, a presença de uma oposição atuante é um mecanismo que garante a pluralidade de ideias e assegura o direito à divergência, características fundamentais para uma democracia saudável. A diversidade de opiniões não apenas enriquece o debate público, mas também fortalece o Estado de Direito ao possibilitar que diferentes grupos sociais sejam representados, evitando a exclusão e promovendo a paz social.

O debate público é essencial para a efetividade das instituições públicas, pois promove a transparência, a participação e a responsabilização dos governantes. Quando cidadãos, especialistas e representantes de diversos setores discutem políticas e decisões de forma aberta, amplia-se a compreensão sobre as necessidades da sociedade e fortalece-se a legitimidade das instituições. Esse ambiente participativo permite que questões complexas sejam analisadas sob diferentes perspectivas, enriquecendo o processo de formulação de políticas públicas. Além disso, o debate público também contribui para a *accountability*, ou seja, a prestação de contas das autoridades, uma vez que as instituições públicas se veem mais pressionadas a atuar em conformidade com os interesses da sociedade. Em um contexto democrático, a efetividade das instituições depende não apenas de normas e procedimentos internos, mas também do reconhecimento e do apoio dos cidadãos, o que ocorre por meio de um debate contínuo e plural. Dessa forma, a qualidade do debate público reflete diretamente na confiança e na eficiência das instituições, promovendo uma governança mais justa e transparente.

No contexto do ODS 16, a atuação das oposições tem relação direta com a promoção de instituições eficazes e responsáveis, já que o papel fiscalizador da oposição amplia a transparência e incentiva a eficiência das políticas públicas. Em muitas democracias contemporâneas, no entanto, observam-se desafios para o exercício pleno dessa função. Em alguns casos, há restrições institucionais ou práticas que limitam a atuação da oposição, comprometendo a governança democrática e enfraquecendo a confiança nas instituições. Além disso, o cenário de polarização crescente em várias nações coloca em risco a capacidade das oposições de atuarem de maneira construtiva, transformando o debate político em um terreno de antagonismos que, em vez de fortalecer a democracia, gera instabilidade e enfraquece a coesão social. Portanto, o papel das oposições em democracias contemporâneas é não só crucial para a realização do ODS 16, mas também para a manutenção de um sistema político baseado na justiça e na paz. As oposições atuantes e respeitadas fortalecem as instituições, conferem legitimidade ao processo democrático e são essenciais para construir sociedades mais justas e pacíficas, conforme proposto pela Agenda 2030.

O presente estudo tem por objetivo geral fundamentar o papel das oposições nas democracias como necessidade e estratégia de inclusão de todos e renovação das instituições, conforme orienta o ODS 16 da ONU. O trabalho tem como objetivos específicos destacar a relevância da oposição política dentro das instituições brasileiras para dinamizar a rotina da democracia e evidenciar a possibilidade de, dentro desse contexto, fortalecer as diversidades e pluralidade dos grupos sociais, especialmente os que possuem problemas e necessidades urgentes ou estratégicas. Como problema de pesquisa, destaca-se o contexto de polarização política — potencializado por *fake news*, infobolhas e ausência de qualidade da informação, que fomenta amplos espaços de exclusão e desprezo pela participação — e a atuação das oposições com estratégias de fiscalização, denúncia e preocupação com aqueles deixados à margem das decisões como um espaço privilegiado de inclusão, tolerância e construção de alternativas políticas e administrativas. Através do modelo indutivo, esta abordagem busca a fundamentação de um tema específico, amparada por aportes teóricos e eventual exposição de dados. Utiliza-se o conceito operacional “papel das oposições” para orientar a construção dos argumentos centrais.

1. PARTICIPAÇÃO E DEBATE PÚBLICO EM SOCIEDADES COMPLEXAS

O debate público em sociedades complexas desempenha um papel vital para a coesão social e a governança democrática, uma vez que possibilita a expressão e a troca de uma diversidade de perspectivas e interesses. Em contextos em que há pluralidade de grupos sociais, culturais e econômicos, o debate público permite que vozes diversas sejam ouvidas e consideradas no processo de tomada de decisões. Essa intersecção de ideias é fundamental para responder às necessidades variadas de uma sociedade plural, na qual a complexidade dos problemas exige a colaboração de múltiplos agentes e a consideração de distintos pontos de vista. Enfrenta-se, contudo, desafios específicos, como a polarização política, a fragmentação das esferas de comunicação e o impacto das mídias sociais na ampliação de discursos. Essas dinâmicas, se não forem equilibradas por uma cultura de diálogo, podem dificultar a construção de consensos e a cooperação, essenciais para a resolução de questões comuns. Apesar desses desafios, o fortalecimento de um debate público inclusivo e qualificado é um caminho necessário para legitimar as instituições públicas e criar políticas que respondam de maneira mais eficaz e justa às demandas da população. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, número dezesseis, comprometeu-se a “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis” (ONU). Dentre suas doze metas menores, para alcançar o objetivo, estão “promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos”, “reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas”, “desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis”, “garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis”, “assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais” e “promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável” (ONU).

Para que os objetivos sejam alcançados, as instituições democráticas devem ser preservadas, mantidas e reestruturadas, por meio de estratégias de aperfeiçoamento constante, a fim de fomentar o debate público e o exercício de oposições robustas, que possam exercer fiscalização das ações do governo eleito e equilíbrio no poder. A oposição é uma força política e social que atua como contraponto essencial ao governo em democracias (Da Cruz, 2022), exercendo seu papel por meio da voz crítica no debate público, expressando

a diversidade de interesses e perspectivas da sociedade, pressionando o governo a responder às demandas sociais, corrigir omissões e evitar inércias (Sen, 2005). Essa força democrática não se limita a partidos políticos, incluindo movimentos sociais ou de pressão. A compreensão de *Political voice and social opportunity* (Sen, 2005) permite entender a interligação das manifestações políticas e públicas com as oportunidades para o desenvolvimento social. Ao participar ativamente das discussões públicas, a oposição exerce a função de responsabilizar o governo, garantindo que suas decisões estejam em consonância com os interesses da população e com os princípios democráticos de liberdade e igualdade.

As transformações tecnológicas e o advento da era digital impulsionam uma mudança profunda na sociedade, principalmente como os indivíduos se relacionam na esfera pública e, conseqüentemente, no debate público. Esse contexto da digitalização distancia os indivíduos de uma esfera pública tradicional, criando um cenário fragmentado, alterando de forma profunda como a democracia é percebida, levando à sua degeneração em uma “infocracia” (Han, 2022). Byung-Chul Han (2022) explica que essa esfera pública tradicional era composta por um público leitor, portador de uma cultura voltada para os livros, característica dos séculos XVIII e XIX, inserido em um ambiente que promovia debates fundamentados e discursos racionais. Contudo, a esfera pública, conforme delineada por Habermas, foi gradualmente substituída pela “midiocracia”, um fenômeno que identificou como causador do declínio da participação democrática e do debate público qualificado.

Se o espaço público tradicional era caracterizado pelo diálogo argumentativo e pela troca de ideias entre os cidadãos, no cenário da fragmentação digital, a configuração do espaço é estabelecida em pequenas bolhas de opinião que, muitas vezes, não se comunicam entre si, denominadas “infobolhas autistas” (Han, 2022). O conceito de infobolhas (Han, 2022) refere-se ao fenômeno pelo qual indivíduos, imersos em ambientes digitais altamente personalizados, recebem informações filtradas e selecionadas por algoritmos de acordo com seus interesses, preferências e comportamentos prévios, principalmente em afetos. Em vez de expor os usuários a uma diversidade de pontos de vista, as infobolhas confinam as pessoas em um fluxo contínuo de dados que reforça suas próprias crenças e opiniões, limitando o contato com ideias divergentes.

Byung-Chul Han descreve esse fenômeno como um dos principais fatores que contribuem para a “tribalização da rede”, na qual grupos fechados se formam em torno de

narrativas homogêneas, distanciando-se da alteridade e enfraquecendo a ação comunicativa. As infobolhas criam, assim, uma espécie de isolamento cognitivo, no qual a escuta do outro se torna escassa, e o espaço público, essencial para o debate democrático, é fragmentado. Ao limitar o diálogo entre diferentes visões e experiências, as infobolhas se configuram como barreiras à formação de uma esfera pública plural, essencial para a construção de um debate político qualificado e inclusivo. Consequentemente, incentiva a polarização e a radicalização dos discursos, enfraquecendo a capacidade de deliberar e alcançar consensos de uma sociedade democrática. O que emerge, então, é um debate dominado por ruídos, em que as oposições perdem sua função tradicional de mediação entre governo e sociedade ou espaço no qual possa expor outras posições que não sejam próprias da bolha de opinião que cada indivíduo está inserido.

Segundo Byung-Chul Han (2022), se a democracia é, essencialmente, uma "comunidade que se constrói pela escuta atenta", a ausência do outro nos transforma em partes de "enxames digitais". Esses enxames são caracterizados por sua natureza passageira, movidos por interesses imediatos e voláteis, sem coesão ou profundidade de diálogo. Somado a isso, surge o fenômeno das *fake news*, que, com a facilidade ofertada pela internet, especialmente as redes sociais, atinge numerosa parte da população, gerando desinformação por meio do abuso tecnológico. Todorov (2012, p. 120-121), diz que "para lutar contra os efeitos nefastos dessas práticas, o conhecimento científico permanece indispensável". O autor traz ainda que:

[...] o que motiva o uso imediato e imoderado das novas tecnologias não é a aspiração ao conhecimento, mas o desejo de enriquecer, sem preocupar-se com as consequências sobre os outros seres humanos, presentes ou vindouros. E não é somente a cupidez que faz agir assim: os responsáveis por essas escolhas são igualmente ofuscados pela vertigem do poder, pelo orgulho que extraem do fato de controlar as alavancas de uma tal potência, e, portanto, de decidir sobre o futuro de uma população numerosa.

E quando falamos sobre o uso indiscriminado das mídias sociais para propagar *fake news*, esbarramos, inevitavelmente, na discussão acerca da liberdade de expressão. Liberdade essa que Sen (2010, p. 26) reforça: "liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras". A liberdade política, segundo o autor, é uma delas, oportunizada pela liberdade de expressão e eleições livres. Das ideias do autor, ainda podemos denotar que o exercício da liberdade de expressão, traduzido na possibilidade de debater

publicamente questões envolvendo o Estado e a sociedade em geral, impelem o desenvolvimento social (Sen, 2010, p. 18). As liberdades e os direitos também levam ao desenvolvimento econômico. A liberdade de expressão é uma necessidade que surge automaticamente quando pensamos no cidadão escanteado, deixado de lado das decisões sociais ou tolhido de algum direito. O recurso a ser utilizado por esse cidadão seria o uso das mídias, levando a público o impasse com o Estado. Nesse caso, é muito bom que as mídias não sejam controladas pelo governo (Todorov, 2012, p.139).

Agora, pensemos que tal obstaculização ao direito desse cidadão o faça se utilizar da internet para promover um discurso de ódio e de ofensas pessoais de todo o gênero que nada agregaria para a resolução do conflito, Todorov (2012, p.139) diz que, nesses casos, o que deveria escapar do controle governamental são “debates ou as publicações científicas”, para que toda a população com acesso às mídias digitais possa receber essa enxurrada de informações. Sobre as mídias digitais de massa, o autor diz que, atualmente, o poder de manipular palavras e/ou imagens é infinitamente maior, levando também à possibilidade de ascensão de demagogos que aparecem falando bem e recebendo votos em detrimento de discursos de candidatos menos eloquentes. Portanto, a democracia seria assim ameaçada, haja vista que, nos dias atuais, não se fala mais apenas para uma sala de imprensa, mas para o mundo todo através de ferramentas digitais (Todorov, 2012, p. 143). Nesse sentido, cabe destacar que a liberdade de expressão deve ser amplamente preservada e, por qualquer meio, coibidos os atos de desinformação que impossibilitam o desenvolvimento de um debate público plural, sério e saudável. Assim, Singer, Araújo e Belinelli (2021, p. 225) trazem que:

[...] a democracia moderna é o regime que, em essência, garante que os governantes sejam eleitos e removidos pacificamente em eleições livres e periódicas, em que praticamente todos os adultos têm o direito de votar e serem votados, e que assegura o direito à liberdade de expressão, acesso a fontes de informação alternativas e de se juntar a associações autônomas tais como partidos e grupos de interesse.

Por meio das eleições livres e diretas, garante-se a manutenção das instituições democráticas, possibilitando que todos os grupos sociais, até os mais afastados historicamente do debate público, participem escolhendo seus representantes. Entretanto, para que seja possível a diversidade de opiniões saudável, é necessário que se combata a

polarização política, grande impasse no contexto brasileiro atual. Um tema relevante para a análise da polarização no Brasil envolve as consequências da polarização ideológica entre as elites políticas sobre o comportamento dos eleitores. Alguns pesquisadores indicam que essa polarização pode ter impactos positivos, como o aumento da compreensão e do engajamento político entre os eleitores. Esse efeito pode, por sua vez, favorecer a consolidação de laços ideológicos entre eleitores e partidos, fortalecendo, assim, a responsividade eleitoral. No entanto, no Brasil, a polarização predominante é de cunho afetivo (Fuks; Marques, 2021). Esse cenário é preocupante, pois a literatura sobre o tema é quase unânime ao apontar que a polarização entre eleitores, especialmente a afetiva, gera efeitos prejudiciais para a democracia, destacando-se o apoio a medidas autoritárias promovidas pelas lideranças políticas (Fuks; Marques, 2021). Cabe destacar, portanto, a importância das oposições para combater polarizações políticas, contribuindo, assim, para o combate a arbitrariedades dos governantes eleitos, mantendo a *accountability* e prevenindo abusos de poder.

2. O PAPEL DAS OPOSIÇÕES E A INCLUSÃO DO OUTRO

É fato que o neoliberalismo influenciou fortemente as democracias nos últimos anos, impedindo o desenvolvimento tradicional de uma democracia representativa. Isso porque a democracia representativa sofre forte impacto quando influenciada pela onda neoliberal, que repreende às oposições e coloca o mandonismo à frente do interesse público. A historiadora e antropóloga Lília Schwarcz (2019, p. 63) diz que:

[...] a raiz autoritária de nossa política corre o perigo de prolongar-se, a despeito dos novos estilos de governabilidade. Mais uma vez, igualdade e diversidade, sentimentos e valores próprios de expansão dos direitos democráticos, correm perigo quando não se rompe com a figura mítica do pai político – agora uma espécie de chefe virtual que fala em nome e no lugar dos filhos e dependentes –, do herói destacado e excepcional, do líder idealizado.

A autora ainda diz que herdamos essa linguagem dos mandonismos do passado no Brasil, herança dos que em tudo mandavam e ainda mandam. Esse conceito de mandonismo, reforça a ideia de desigualdade que cresce cada vez mais no país, com o auxílio das mídias digitais. O autoritarismo está fortemente presente nos governos democráticos neoliberais (Schwarcz, 2019, p. 63). Ela diz ainda que:

[...] a emergência dessa onda de governos conservadores, que inundaram a política contemporânea, não se limita a retornar ao passado, nem funciona como mera reencarnação dos fascismos e populismos perdidos na história da primeira metade do século XX. O certo é que se trata de fenômeno tão moderno quanto complexo. Os populismos de agora abusam das novas formas de comunicação virtual com a justificativa de que não precisam de intermediários para se dirigirem ao povo; não têm nenhum escrúpulo em manipular e explorar fake news como se fossem verdades comprovadas (Schwarcz, 2019, p. 228).

A esse comportamento dos governantes é que se deve fazer oposição. A oposição política robusta e coerente deve ser estimulada, gerando debate de ideias público e sadio. Nesse contexto, “A alternância de poder, que possibilita o revezamento de governos de esquerda e de direita, é saudável e faz parte do jogo da democracia” (Schwarcz, 2019, p. 237). Destaca-se, também, sobre essa estratégia, que nunca houve, por exemplo, fome coletiva em nações independentes que realizassem eleições livres e regulares, com a força dos partidos de oposição para criticar os pontos negativos da condução do governo, bem como uma mídia livre para noticiar e questionar a conduta política da nação (Sen, 2010, p. 201). Ainda, as discussões públicas por todos os atores sociais, ilimitadas a locais ou formas, são primordiais para a própria identificação das necessidades econômicas, sociais e políticas das nações. No entanto, sabe-se que o poder da democracia não é ilimitado, capaz de erradicar toda e qualquer mazela do país (Sen, 2010, p. 203). A força da oposição reside em sua capacidade de mobilizar apoio popular, de articular críticas fundamentadas e de influenciar o debate público, mesmo fora das estruturas formais de poder. Em governos nos quais a oposição é respeitada e tem espaço para atuar, ela se torna um fator que pode levar o governo a aprimorar suas políticas, adotando uma postura mais inclusiva e cautelosa para evitar erros. Além disso, a oposição tem o papel de consolidar a pluralidade, dando voz a uma gama mais ampla de perspectivas, essenciais para a governança democrática. No entanto, a força da oposição varia dependendo do contexto político e das instituições que garantem seu direito de atuação. Em ambientes democráticos fortes, com liberdades garantidas e sistemas eleitorais competitivos, a oposição tem o espaço necessário para desenvolver um papel construtivo e potencialmente transformador. Já em contextos em que há concentração de poder, restrições à liberdade de expressão ou repressão política, a oposição é enfraquecida, o que coloca em risco a integridade do sistema democrático e pode levar ao autoritarismo.

3. A NECESSÁRIA VITALIDADE DAS OPOSIÇÕES PARA A EFICÁCIA DA ROTINA POLÍTICA

A vitalidade das oposições políticas é essencial para a eficácia da rotina política nas democracias, pois garante que o poder seja constantemente questionado, revisado e ajustado de acordo com as necessidades da sociedade. Uma oposição ativa e robusta funciona como uma engrenagem indispensável ao sistema democrático, promovendo transparência e garantindo que as decisões políticas sejam amplamente debatidas antes de serem implementadas. Sem essa vitalidade, o processo político corre o risco de se tornar unilateral e impositivo, perdendo a capacidade de responder de maneira adequada e inclusiva aos anseios sociais. Em uma democracia neoliberal, as políticas públicas são sempre renegadas a um sistema burocrático, lobbies e pressões institucionais “internas”, em vez de lançadas ao debate público, conforme os preceitos constitucionais brasileiros preveem (Saad Filho, 2023, p. 67). Por essa razão, a força das oposições é ainda mais necessária neste contexto.

A oposição vital é aquela que não apenas fiscaliza e denuncia abusos, mas que também sugere alternativas e oferece soluções, tornando-se um verdadeiro contrapeso ao poder. Essa atuação é crucial para evitar que o governo se acomode ou tome decisões arbitrárias que possam prejudicar a democracia e os direitos dos cidadãos. Além disso, a vitalidade da oposição fomenta o engajamento popular, incentivando a população a acompanhar mais de perto as atividades políticas e a participar de discussões e decisões que afetam diretamente seu cotidiano. O neoliberalismo refreou a oposição, não permitindo tanto espaço para discussões como xenofobia, cultura, religião, racismo, questões de gênero, entre outras pautas de grupos socialmente marginalizados. “Essas lógicas polarizadas alimentaram a individualização da vida sob o neoliberalismo e empurraram as narrativas políticas para o registro cultural em detrimento do econômico” (Saad Filho, 2023, p. 75). Na rotina política, a presença de uma oposição eficaz permite que o debate público se mantenha saudável e diverso, com opiniões plurais e representativas. Isso ajuda a tornar as políticas mais eficientes, pois elas são elaboradas levando em conta uma visão crítica e balanceada. Nos processos legislativos, por exemplo, a oposição questiona propostas, sugere emendas e desafia políticas que possam ser prejudiciais, o que leva o governo a rever pontos importantes, aprimorando o conteúdo das leis. Quando a oposição perde sua vitalidade, seja

por falta de organização ou por restrições impostas, a democracia enfraquece. A eficácia da rotina política depende, portanto, dessa oposição forte e ativa, que estimula a renovação de ideias, impede a estagnação do debate e assegura que o governo permaneça responsivo e responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate público em sociedades complexas desempenha papel fundamental para a coesão social e a governança democrática, promovendo a troca de perspectivas e a inclusão de vozes diversas na tomada de decisões. Em sociedades plurais, nas quais diferentes grupos convivem e têm demandas variadas, o debate público permite responder de forma abrangente às necessidades coletivas, integrando múltiplas visões. Contudo, essa prática enfrenta desafios, como a polarização, a fragmentação das esferas de comunicação e o impacto das mídias sociais, que podem intensificar conflitos e dificultar a formação de consensos. Em resposta a esses desafios, a Agenda 2030 da ONU propõe, no ODS 16, promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantindo justiça e construindo instituições eficazes e responsáveis, objetivos que dependem de um debate público qualificado. A oposição política é essencial para essa dinâmica, pois oferece contraponto ao governo, fiscalizando suas ações e garantindo que as decisões atendam ao interesse público. Com base em autores como Amartya Sen e Byung-Chul Han, afirma-se que a oposição se estabelece não apenas em partidos políticos, mas também em movimentos sociais que usam o debate público para pressionar o governo a corrigir omissões e evitar abusos, entretanto o advento da era digital trouxe novos desafios para o debate democrático: as chamadas "infobolhas", que, reforçadas por algoritmos, restringem a exposição a ideias divergentes, isolando grupos em discursos homogêneos e ampliando a polarização.

A liberdade de expressão e o acesso à informação plural são fundamentais para que o debate público se mantenha saudável, contudo a propagação de *fake news* prejudica a transparência e a confiança na democracia, exigindo controle ético e fortalecimento das práticas de checagem de fatos. Em contextos de países polarizados como o Brasil, a oposição é crucial para evitar que a polarização afete negativamente a democracia, mantendo a responsabilidade governamental e prevenindo a concentração de poder, o que reforça a importância de uma oposição ativa e informada no contexto atual. O neoliberalismo tem

exercido influência nas democracias contemporâneas, afetando negativamente a democracia representativa ao fortalecer a centralização de poder e minimizar o papel das oposições. Lília Schwarcz destaca o "mandonismo" — uma tradição autoritária que privilegia a figura de um líder idealizado e centralizador — como uma herança que persiste na política brasileira. Com o advento das mídias digitais, líderes conservadores têm explorado as novas tecnologias para manipular a opinião pública, frequentemente através da propagação de *fake news*, criando uma política que aparenta modernidade, mas que limita o espaço de críticas e enfraquece a pluralidade.

Diante disso, a existência de uma oposição robusta torna-se essencial, pois seu papel é articular debates e apontar falhas de governança, atuando como um fator de equilíbrio e *accountability*. Autores como Amartya Sen argumentam que a liberdade de expressão e uma mídia livre são fundamentais para a saúde democrática, permitindo que a oposição critique o governo e ofereça alternativas. No entanto, o potencial da oposição é maior em democracias com fortes instituições e liberdade de atuação. Em regimes nos quais o poder se concentra e o espaço para dissidências é limitado, a oposição é fragilizada, o que pode abrir caminho para o autoritarismo e colocar a democracia em risco.

REFERÊNCIAS

CRUZ, João Marcelo Medeiros da. A participação da oposição no debate público nas obras Glória Incerta, A Ideia de Justiça e The Argumentative Indian de Amartya Sen. In: **ZAMBAM**, Neuro José; **BORTOLOTI**, José Carlos Kraemer; **PIERDONÁ**, Zélia Luiza; **BORBA**, Janine Taís Homem Echevarria (Orgs.). **ESTUDOS SOBRE AMARTYA SEN: Volume 11 - Seguridade Social, Políticas Públicas e Escolhas Sociais** [recurso eletrônico]. Porto Alegre. Editora Fi, 2021. p. 86-99. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em 20 out. 2024.

FUKS, Mário; **MARQUES** Pedro Henrique. **POLARIZAÇÃO E CONTEXTO: medindo e explicando a polarização política no Brasil**. Revista do CESOP. Vol. 28, n. 3, p. 560-593. Set-dez 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/SCmKT44FzwmGMp6jtBZ3Dfk/?lang=pt#>. Acesso em 30 out. 2024.

HAN, Byung-Chul. **INFOCRACIA: A Digitalização e a Crise da Democracia**. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis. Vozes, 2022.

NAÇÕES UNIDAS. OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Relatório Global, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16> Acesso em: 20 out. 2024.

SAAD FILHO, Alfredo. **A ERA DAS CRISES: Neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia**. São Paulo. Editora Contracorrente, 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

SINGER, André; **ARAÚJO**, Cícero; **BELINELLI**, Leonardo. **ESTADO E DEMOCRACIA: uma introdução ao estudo da política**. Rio de Janeiro. Zahar, 2021.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

_____. **THE ARGUMENTATIVE INDIAN**: writings on indian history, culture and identity. Nova York. Picador, 2005.

TODOROV, Tzvetan. Os Inimigos Íntimos da Democracia. Tradução de Joana Angélica D'Ávila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.